

Governo fixa as prioridades

Normas para concessão de serviços públicos a particulares, a privatização dos serviços portuários, severas regras para licitações de obras públicas, lei de marcas e patentes, nova legislação partidária e eleitoral e o ajuste fiscal, com uma reforma tributária — estas são as matérias que o Governo julga prioritárias para votações no Congresso, que deverão entrar pelo recesso de julho a dentro.

Os líderes governistas, de um modo geral, registram, com satisfação, substancial mudança no comportamento da maioria dos partidos e dos parlamentares — todos inclinados a acompanhar tendências modernas no que diz respeito àquelas leis, o que significa desde a privatização do sistema portuário a uma nova lei de marcas e patentes que proteja a propriedade industrial, como exigem os países ricos.

Agenda — O líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), acredita que será possível votar o projeto de lei estabelecendo normas para a concessão de serviços públicos a particulares na próxima quarta-feira. O líder adverte que se trata de lei indispensável para que o País possa atrair investimentos privados a fim de melhorar uma grande variedade de serviços públicos que estão se tornando antiquados e onerosos.

Nova lei estabelecendo um elenco minucioso de normas regulando licitações e alienações no serviço público deverá ser votada na próxima quarta-feira. O projeto originalmente concebido pelo deputado gaúcho Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) tem 110 artigos e sofreu críticas tanto à direita quanto à esquerda, mas Humberto Souto afirma que algumas de suas falhas estão sendo corrigidas.

O projeto de modernização do sistema portuário é um dos mais importantes e polêmicos, na medida em que provoca reações corporativas sobretudo dos trabalhadores das docas. O projeto conta com regime de urgência-urgentíssima, o que significa que será votado de qualquer maneira, Souto avisa

que, se o relator não apresentar parecer em tempo hábil para esta, como outras matérias consideradas prioritárias, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, promete colocar em votação, designando relator em cima da hora, no plenário.

O projeto que protege a propriedade industrial ou marcas e patentes, por cuja aprovação se batem os países desenvolvidos, à frente os Estados Unidos, deve ser votado até início de julho. O deputado Ney Lopes (PFL-RN) promete oferecer parecer ao projeto até o próximo dia 27, na comissão especial que o examina, presidida pelo deputado paulista Alberto Goldman (PMDB).

O otimismo de Souto tem sua razão de ser. Ele lembra, por exemplo, recente declaração do deputado Ulysses Guimarães, conclamando os parlamentares a votar em matérias de interesse do País, ainda que tenham de sacrificar metade do recesso legislativo de julho.

Porém, a matéria mais importante para o Governo e para o País, reconhece Souto, é o ajuste final, "no qual se inclui uma reforma tributária que não apenas desafogue a situação de penúria do Tesouro, numa conjuntura crítica como a que o Brasil vive, como também reduza drasticamente o número de tributos".

A idéia é levar o tributarista Ary Oswaldo, presidente da comissão de notáveis que estuda o ajuste fiscal no âmbito do Governo, a ter um contato com o deputado baiano Benito Gama (PFL), relator da matéria, outros integrantes da comissão especial correspondente no Congresso.

Se houver acordo entre os membros da comissão especial e o Governo, vota-se logo ajuste fiscal — possivelmente até o final de junho ou início de julho, segundo previsão de Souto. Provavelmente, será formulado um substitutivo englobando as idéias do Governo e do Congresso.

O Governo também joga suas fichas em nova legislação eleitoral e partidária. A idéia central é unir os partidos maiores para aprovar uma lei que reduza drasticamente o número de partidos — e que, aprovada até julho, poderia entrar em vigor a partir do próximo ano, depois das eleições municipais de outubro.